

Congresso deixa para o governo decisão sobre orçamento da União



Serra faltou à sessão de ontem mas, na semana que vem, deverá apresentar emendas ao projeto.

Sem que o relator apresentasse seu relatório e sem que os deputados conhecessem as emendas apresentadas, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso aprovou ontem o substitutivo do projeto de revisão do orçamento geral da União para este ano. A proposta estima as receitas e despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social em Cr\$ 2,5 trilhões. Pelo texto aprovado, que depende ainda de aprovação do plenário, o Legislativo abre mão de suas prerrogativas e passa por cima da Constituição ao autorizar o Poder Executivo a abrir créditos suplementares para incorporação aos orçamentos da União sem autorização do Congresso.

O Executivo poderá incorporar aos orçamentos da União, sem prévia consulta ao Legislativo, o excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados pelos órgãos e entidades das administrações direta e indireta, onde estão vinculadas as empresas estatais. A receita proveniente do aumento das tarifas públicas, por exemplo, poderá ser incorporada aos orçamentos por decreto do presidente da República. A Constituição, no artigo 167, inciso 5º, proíbe a abertura de crédito su-

plementar sem prévia autorização legislativa.

O substitutivo aprovado, que manteve a proposta de revisão originária do Executivo, destina mais de Cr\$ 1 trilhão este ano para o resgate dos títulos da Dívida Mobiliária Federal. Segundo um técnico da extinta Secretaria de Orçamentos e Finanças, os Cr\$ 144,3 bilhões que serão empregados no resgate de títulos provêm de recursos ordinários do orçamento fiscal. "A despesa com o resgate aparece, mas toda a rolagem da dívida mobiliária está sendo feita fora do orçamento. O custo dos encargos não aparecem e assim fica fácil conseguir um superávit", ironizou a fonte.

O relator da comissão, deputado João Alves (PFL-BA), disse que das 1.700 emendas que recebeu aprovou apenas 400. Ele também não apresentou seu relatório, como determina a praxe legislativa. Apesar de espantados com a rapidez com que o projeto foi aprovado, os parlamentares presentes não protestaram. O deputado José Serra (PSDB-SP), que estava ausente, deve apresentar destaques ao texto aprovado, quando este for à votação no plenário — possivelmente na próxima semana.

JORNAL DA TARDE

17 AGO 1990